

INTERDEPENDÊNCIA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INDEPENDÊNCIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

INTERDEPENDENCE AND THE SOCIAL CONSTRUCTION OF INDEPENDENCE FOR STUDENTS WITH DISABILITIES

INTERDEPENDENCIA Y CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA INDEPENDENCIA PARA ESTUDIANTES CON DISCAPACIDADES

Flavia Daniela dos Santos Moreira¹, <https://orcid.org/0000-0003-3262-6289>

Maria da Piedade Resende da Costa², <https://orcid.org/0000-0002-7420-5602>

Resumo:

Interdependência é um conceito complexo formado pela dependência mútua, por conflitos ou correspondência de interesses e pelo poder relativo, refletindo interesses sociais. Mas o que dizem os artigos e os documentos oficiais nacionais a respeito da independência e da interdependência de alunos com deficiência? O objetivo foi realçar a importância da interdependência no contexto da educação especial. Trata-se de revisão descritiva de literatura com abordagem qualitativa. Foram analisados três textos nacionais e uma lei da educação, usando um roteiro de análises e inferências. As concepções de independência foram apresentadas sob a ótica de familiares, professores e profissionais de alunos com deficiência; e verificou-se a escassez dessa temática na literatura nacional. Por fim, sugere-se a inclusão do termo “interdependência” em documentos oficiais, sob a ótica da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: dependência mútua; pessoas com deficiência; concepções sociais.

Abstract:

Interdependence is a complex concept formed by mutual dependence, conflicting or corresponding interests, and relative power, reflecting social interests. But what do national articles and official documents say about the independence and interdependence of students with disabilities? The objective was to highlight the importance of interdependence in the context of special education. This is a descriptive literature review with a qualitative approach. Three national texts and an education law were analyzed, using a framework of analysis and inferences. Conceptions of independence were presented from the perspective of family members, teachers, and professionals of students with disabilities, and the scarcity of this topic in national literature. Finally, we suggest including the term interdependence in official documents, from the perspective of people with disabilities.

Keywords: mutual dependence; people with disabilities; social conceptions.

Resumen:

La interdependencia es un concepto complejo que se forma a partir de la dependencia mutua, los conflictos o la correspondencia de intereses y el poder relativo, reflejando así los intereses

¹ Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; flaviamoreira@ibc.gov.br

² Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil; piedade@ufscar.br

sociales. Pero, ¿qué dicen los artículos y documentos oficiales nacionales sobre la independencia e interdependencia de los estudiantes con discapacidad? El objetivo fue resaltar la importancia de la interdependencia en el contexto de la educación especial. Se trata de una revisión bibliográfica descriptiva con un enfoque cualitativo. Se analizaron tres textos nacionales y una ley de educación, utilizando un guion de análisis e inferencias. Se presentaron las concepciones de independencia desde la perspectiva de familiares, docentes y profesionales que trabajan con estudiantes con discapacidad, así como la escasez de este tema en la literatura nacional. Finalmente, se sugiere la inclusión del término interdependencia en los documentos oficiales, desde la perspectiva de la persona con discapacidad.

Palabras clave: dependencia mutua; personas con discapacidad; concepciones sociales.

Introdução

*Sozinhos podemos fazer tão pouco, juntos podemos
fazer tanto.*
Helen Keller

Não há quem seja totalmente independente. As pessoas precisam umas das outras, seja porque não sabem dirigir e precisam pegar uma condução para se deslocar ao destino desejado, seja para comprar um *pãozinho* na padaria ou receber atendimento médico. Enfim, somos todos interdependentes, desde as tarefas mais simples às mais complexas.

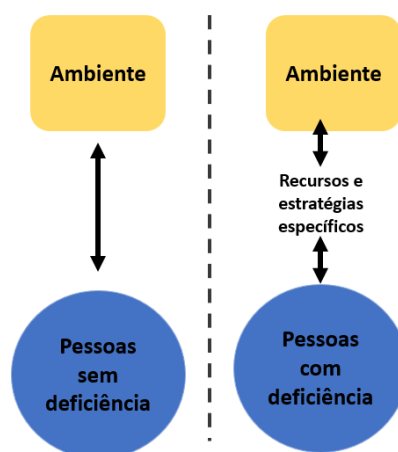
No entanto, no âmbito da educação especial, muitos veneram a independência. Diversas instituições, educadores, familiares e profissionais buscam formas de oferecer condições para que alunos com deficiência alcancem seu mais alto nível de independência (Snow, 2010). Nesses casos, a independência é frequentemente considerada como um objetivo-alvo, o qual, mesmo não sendo explicitamente declarado, relaciona-se ao preceito de que todas as estratégias devem melhorar a independência, o acesso e a qualidade de vida de pessoas com deficiência (Bennett; Brady; Branham, 2018). Para essas autoras, nem sempre esse objetivo-alvo reflete os interesses das pessoas com deficiência, tampouco descreve seus comportamentos.

Mas por que isso acontece? A grande questão é que a dependência das pessoas consideradas sem deficiência foi socialmente normalizada, enquanto as necessidades das pessoas deficientes causam incômodo, são vistas como algo que precisa ser *corrigido*. Snow (2010) ressalta que há uma certa *arrogância* por parte daqueles que pressionam os outros a se tornarem independentes, quando na verdade eles mesmos não o são.

O fato é que em muitos artigos, pesquisas e inclusive em documentos oficiais se destaca com frequência a importância da independência na vida de alunos com deficiência. Essa construção social exalta a independência como sendo a capacidade de fazer as coisas sem ajuda ou assistência de outras pessoas, notadamente em relação ao autocuidado, a cozinhar, se vestir, fazer escolhas, se comunicar e assim por diante (Reindal, 1999).

Mas a verdadeira essência da independência não se restringe aos aspectos anteriores. Em verdade, prender-se a eles fragilizaria os princípios da inclusão. Afinal, ao promover a ideia de independência sob esse viés, revela-se uma incompatibilidade de interesses entre as proposições apresentadas por profissionais por um lado e, por outro lado, as percepções dos alunos (Reindal, 1999). A Figura 1, a seguir, demonstra esses aspectos.

Figura 1 – Esquemmatizando a independência



Fonte: adaptado de Bennet, Brady e Branham (2018)

Descrição da imagem: a imagem está dividida em dois lados. Do lado direito e na parte superior há um quadrado com a legenda “ambiente”. Abaixo dele há uma seta apontando para cima e para baixo. Na parte de baixo, há um círculo com a legenda “pessoas sem deficiência”. Do lado direito e na parte superior, há um quadrado com a legenda “ambiente”. Embaixo, vê-se uma seta apontando para cima e para baixo. Em seguida a legenda “recursos e estratégias específicos”. Embaixo, há uma seta apontando para cima e para baixo. A seguir, há um círculo com a legenda “pessoa com deficiência”. Fim da descrição.

A Figura 1 destaca a relação das pessoas com o ambiente, evidenciando um aspecto positivo e dois negativos. O ponto positivo consiste na oferta de recursos e estratégias específicos para que as pessoas com deficiência tenham acesso às informações do ambiente circundante. Por outro lado, os pontos negativos referem-se aos seguintes aspectos: a) criação de dois ambientes com a segregação entre os dois grupos de pessoas; e b) desconsideração de

que todas as pessoas precisam umas das outras bem como de recursos, estratégias e até mesmo equipamentos para facilitar seu dia a dia.

Um quadro ideal enfatiza as relações simultâneas entre as pessoas, entre os recursos, as estratégias e o ambiente, com destaque para o papel das pessoas com deficiência durante relações colaborativas para implementar a inclusão e a acessibilidade às informações e interações socioculturais (Bennet; Brady; Branham, 2018). Tais assertivas revelam pontos positivos da interdependência:

- a) enriquece as relações humanas e cria conexões
- b) evidencia a assistência e as ações simultâneas
- c) valoriza os pontos fortes e as contribuições das pessoas com deficiência
- e) desmonta hierarquias tradicionais que rotulam habilidades.

A palavra “deficiente” tem suas variações e estrutura-se em modelos sociais e individuais de *deficiência em evolução*, de acordo com concepções de épocas diferentes. Por isso, é importante explicar que os termos “alunos com deficiência” e “pessoas com deficiência” são usados neste artigo sob a perspectiva da deficiência como um conceito socialmente construído (Bennet; Brady; Branham, 2018).

O apoio teórico vem das concepções de Diniz (2007), ao destacar que o termo “pessoa com deficiência” indica a ideia de que a deficiência é propriedade de quem a tem e não da sociedade. Por outro lado, os termos “pessoa deficiente” ou “deficiente” sustentam a ideia da deficiência como parte constitutiva da identidade de quem a tem, em vez de acessório (Diniz, 2007).

Portanto, a utilização dos referidos termos envolve tanto a constituição pessoal como social, entendendo assim a relação de reciprocidade entre eles. Sob essa perspectiva, Naudé, Nel e Beer (2024) são eloquentes ao afirmar que a independência é um processo que se constrói pelo suporte de familiares e colegas e pelas estruturas de apoio institucional ao longo da vida. O apoio e o estabelecimento de relações saudáveis com familiares, colegas e com a instituição são essenciais na vida de alunos com deficiência nos anos iniciais de sua escolarização.

No entanto, é comum que a independência seja relacionada às atividades de autocuidado, que envolvem no seu desempenho as capacidades motora, física e cognitiva. Mas, certamente, os alunos com deficiência a definiriam de outra forma. Se fossem ouvidos poderiam evidenciar outros aspectos – um deles é a possibilidade de expressar seus pontos fortes por meio

de parcerias para a realização coativa de diferentes tarefas (Naudé; Nel; Beer, 2024; Reindal, 1999).

Como se vê, a independência não se limita a fazer as coisas sem ajuda, mas sim com a obtenção de auxílio quando e como for necessário. Um ambiente circundante ideal deve promover situações de pertencimento, aceitação e reciprocidade e a construção de significados, permitindo assim que os alunos possam se engajar, se comunicar e interagir de forma eficaz (Naudé; Nel; Beer, 2024).

O fato é que o termo “independência” pode ser considerado enganoso e até mesmo prejudicial ao ser utilizado na educação especial. Bennett, Brady e Branham (2018) consideram que a interdependência pode expandir e evidenciar as diversas maneiras pelas quais alguém pode ser *não dependente*.

Essas autoras reconhecem que a independência é uma grande conquista social que ganhou forças durante ações coletivas em luta pelos direitos civis nos Estados Unidos na década de 1970, no Movimento pela Vida Independente. Sob essa perspectiva, todas as pessoas, com e sem deficiência, podem e devem fazer escolhas e participar da vida pública.

O conceito de interdependência é complexo e transcultural (Adler *et al.*, 2025). Trata-se de uma incumbência sociocultural para todas as pessoas na obtenção de suporte em funções básicas da vida diária, tais como comunicação, alimentação e garantia de proteção à integridade corporal intacta.

Sob essa perspectiva, a deficiência é concebida como um fluxo contínuo, confeccionado por ações e produções, por meio do qual os corpos e todos os elementos presentes no ambiente circundante estão continuamente envolvidos. Afinal, as pessoas não deveriam ser definidas em termos de suas deficiências, haja vista que suas limitações se manifestam por meio de interações com o ambiente, com outras pessoas ou com tecnologias (Vincenzi; Taylor; Stumpf, 2021).

Etimologicamente, a palavra “interdependência” provém do latim. Constitui-se no prefixo “inter” combinado com a palavra “dependência”, para indicar um constructo que abrange dependência mútua ou recíproca, conflitos ou correspondência de interesses e poder relativo (Columbus; Molho, 2022).

Ainda de acordo com esses autores, a dependência mútua reflete o grau em que ambas as pessoas controlam mutuamente os resultados uma da outra. Já os conflitos de interesses ou correspondência revelam que o ganho de uma pessoa implica a perda de outra. Por sua vez, o

poder relativo mostra que algumas pessoas têm mais controle sobre seus próprios resultados e os de outras do que o contrário.

Isso sugere que a construção social da independência se revela pela ótica das *boas intenções* e como algo que precisa ser alcançado a todo custo, sobretudo por alunos com deficiência. Sendo assim, infere-se que a independência se relaciona ao poder relativo, refletindo assim os interesses sociais.

Em outro cenário, se a interdependência fosse valorizada, poder-se-ia reconfigurar o grande esquema das coisas e refletir sobre: o que realmente importa? Escrever com caneta, usar a fala para se comunicar, caminhar? Ou ter oportunidades para se conectar com outras pessoas em atividades significativas, ou aprender a pedir ajuda em diferentes situações, e assim por diante? A situação ideal consiste em propiciar condições às crianças e aos adultos com deficiência para acessarem recursos e estratégias específicas que valorizem os seus pontos fortes (Snow, 2010).

Seria interessante analisar o que está em jogo em relação aos desafios para estruturar definições a respeito de autonomia e independência sob o ponto de vista das pessoas com deficiência. Dar voz a essas pessoas e oferecer oportunidades de escolha, facilitações individuais e um ambiente físico e social adaptado às necessidades individuais parecem ser ingredientes de uma fórmula potencialmente inclusiva (Bostad; Hanisch, 2016).

É muito importante expandir essas reflexões e enfatizar o que realmente importa e, assim, evitar que as pessoas com deficiência sejam feitas reféns de um objetivo-alvo *indefinível*, ou seja, fazê-las alcançar a independência a todo custo (Snow, 2010). Por outro lado, convém assegurar que elas vivam suas vidas de forma interdependente, com leveza e sem pressão.

No bojo dessas considerações, este estudo investigou o seguinte: o que dizem os artigos e os documentos oficiais nacionais a respeito da independência e da interdependência de alunos com deficiência? De tal questionamento depreende-se um objetivo: realçar a importância da interdependência no contexto da educação especial.

Justifica-se a realização deste estudo em função de dois aspectos. O primeiro consiste em pulverizar a essência salutar dos princípios da interdependência, como abordagem de ensino-aprendizagem que realça os pontos fortes dos alunos. O segundo aspecto pretende inserir essa temática na literatura nacional, a fim de instigar reflexões, inquietações e estudos futuros, sobretudo em relação às pessoas com deficiências graves, pois, embora a liberdade para essas

pessoas esteja intersubjetivamente atrelada a oportunidades de participação, isso nem sempre se mantém ou ocorre de forma recíproca, incluindo possibilidades de escolha. Em vez disso, a sua liberdade é frequentemente facilitada pela redução de oportunidades em seu ambiente circundante (Bostad; Hanisch, 2016).

Na prática, ainda há um abismo entre as noções engessadas de liberdade com independência e interdependência recíproca, o que afeta sobremaneira o entendimento sobre as diferenças humanas que ainda causam perturbações e desequilibram a liberdade (Bostad; Hanisch, 2016).

Método

Trata-se de uma revisão descritiva de literatura com abordagem qualitativa, cujos propósitos consistem em determinar até que ponto uma certa temática de pesquisa pode revelar qualquer padrão ou tendência interpretável com relação a descobertas recentes; e esmiuçar certas características de interesse – como ano de publicação, conceituações e a força sinérgica dos resultados da pesquisa, ou seja, aspectos positivos, negativos ou significativos a respeito do fenômeno estudado, por meio de análises qualitativas e quantitativas (Paré; Kitsiou, 2016).

A abordagem de pesquisa qualitativa dedica-se a investigar e analisar aspectos subjetivos de determinados fenômenos sociais ou do comportamento humano. Desse modo, baseia-se em crenças, valores e relações interpessoais (Guerra *et al.*, 2024).

Os dados deste estudo foram coletados entre junho e julho de 2025 no Google, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Scientific Electronic Library Online (*SciELO*). Os descritores utilizados foram: deficiência independência; independência leis educação; deficiência interdependência; interdependência deficiência; e interdependência leis educação.

Foram analisados artigos nacionais e uma lei da educação nacional brasileira, publicados nos últimos dez anos, ou seja, entre 2015 e 2025. A intenção foi incluir artigos e leis que contivessem a combinação dos termos “interdependência”, “independência” e “deficiência”, atrelados a “educação” e/ou “educação especial”, relacionados à prática ou a ensaios teóricos. Foram excluídas as fontes provenientes de revisões de literatura e aquelas relacionadas a outras áreas do conhecimento. O Quadro 1, a seguir, evidencia o quantitativo de dados coletados.

Quadro 1 – Dados coletados nas plataformas de busca em junho e julho de 2025

ARTIGOS NACIONAIS				
AUTORIA	ANO	TÍTULO	Publicado em	FONTE
PANTALEÃO, Edson; GOMES, Núbia Rosetti Nascimento; CARVALHO, Elaine	2015	“Interdependência na figuração família-escola na inclusão do estudante com deficiência”	<i>Revista Crítica Educativa</i>	Portal de Periódicos da CAPES
NASCIMENTO, Gabriela Cordeiro do; BURNAGUI, Jhenifer Geisa; ROSA, Mariana Peres da	2016	“Autonomia e independência: percepção de adolescentes com deficiência visual e de seus cuidadores”	<i>Revista Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo</i>	Google
PASSAMANI, Rafaela <i>et al.</i>	2021	“Independência funcional de alunos com deficiência física e acessibilidade no ambiente escolar”	<i>Revista Disciplinarum Scientia</i>	Google
LEI				
Lei 13.146/15	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)		

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Descrição do quadro: quadro representado por uma linha na parte superior com legenda em caixa alta “ARTIGOS NACIONAIS”. Abaixo, da esquerda para direita, quatro colunas e três linhas com informações sobre autoria, ano, título, local de publicação e fonte de consulta dos artigos. Abaixo, tem-se outra linha com legenda em caixa alta “LEI”. Abaixo, tem-se uma coluna com uma linha com o nome da lei consultada neste artigo. Fim da descrição.

O Quadro 1 mostra apenas três artigos nacionais e uma lei. Os dados foram extraídos inicialmente pela leitura dos resumos e, posteriormente, pela leitura completa dos textos.

Instrumento para a análise dos dados

O instrumento utilizado para analisar os dados foi o roteiro de análise e inferências, estruturado a partir da *análise de conteúdo* (Bardin, 1977). O Quadro 2 evidencia as questões norteadoras, cujo propósito consistiu em facilitar a descrição e a interpretação das informações obtidas na leitura de cada texto. Do lado esquerdo do Quadro 2, estão as questões; e do lado direito há espaços em branco – as respostas encontram-se descritas nos resultados.

Quadro 2 – Roteiro de análise dos dados

ROTEIRO DE ANÁLISE E INFERÊNCIAS	
Quais são os participantes ou qual é o público-alvo do texto?	
Como são utilizados os termos independência, autonomia e interdependência no texto, associando-os à deficiência?	
Quais as implicações destes resultados?	

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Descrição do quadro: quadro com uma linha na parte superior com legenda em caixa alta “ROTEIRO DE ANÁLISE E INFERÊNCIAS”. Abaixo há duas colunas e três linhas. Fim da descrição.

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo não é um instrumento de análise de dados, mas sim *um conjunto de técnicas de análise das comunicações*. Diante da complexidade de sua constituição, esse processo conduz o pesquisador a esmiuçar unidades de codificação atreladas a determinado contexto, a fim de realçar fatores que determinam as características investigadas. Isso evita a superficialidade da leitura e, ao oscilar do geral para o particular, permite o surgimento das categorias.

Os procedimentos empregados nessas análises foram organizados em três etapas. Primeiramente, os dados foram selecionados por meio da leitura flutuante dos resumos. Em seguida, os textos foram organizados no Quadro 1, considerando o ano das publicações. A segunda etapa consistiu em explorar o material, a fim de codificar e extrair categorias significativas de análise. Por fim, fez-se a interpretação das categorias, por meio de *inferências controladas*, considerando sempre a essência das informações, ou melhor, das mensagens (Bardin, 1977).

Procedimento para a análise dos dados

Depois de esmiuçar os textos selecionados por um roteiro de análise, foram extraídas as categorias por meio de cinco etapas: a) pesquisar os textos nos portais de busca; b) proceder à leitura dos resumos; c) organizar os textos; d) efetuar a leitura dos textos; e) extrair as categorias. A Figura 2 ilustra esse processo.

Figura 2 – Procedimento de análise dos dados



Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Descrição da imagem: a imagem mostra cinco ícones com contornos pretos em fundo branco, posicionados de forma circular. Cada ícone contém uma legenda. Da esquerda para direita, indo no sentido horário, tem-se uma lupa com a legenda “pesquisar textos”. Em seguida, tem-se uma prancheta fixando um papel com a legenda “resumos”. Na sequência, há um organograma com cinco textos seguidos da legenda “organização dos textos”. A seguir, tem-se uma sobreposição de textos com a legenda “leitura dos textos”. Por fim, têm-se os ícones de duas categorias numeradas em 1 e 2, com a legenda “organização das categorias”. Fim da descrição.

A partir dessa esquematização, foi possível evidenciar certos aspectos subjacentes às inquietações deste estudo referentes à independência e à interdependência de alunos com deficiência em artigos e em duas leis nacionais. Resultaram duas categorias: a) percepções sociais da interdependência; e b) autonomia e independência sob a ótica da pessoa com deficiência.

A análise dessas categorias foi estruturada sob o viés qualitativo, alinhando-se o referencial teórico com os dados apresentados nos textos selecionados. A seguir, encontram-se os resultados e as discussões.

Resultados

A exploração dos dados resultou em duas categorias de análise, as quais estão descritas de forma qualitativa a seguir.

a) Percepções sociais da interdependência: independência e autonomia

O texto de Pantaleão, Gomes e Carvalho (2015) provém de uma pesquisa etnográfica, realizada em maio de 2015. Os resultados parciais evidenciaram as realidades educacionais de três municípios brasileiros do estado do Espírito Santo e um município mexicano. Os participantes foram familiares de alunos com deficiência matriculados no ensino regular; professores do atendimento educacional especializado; professores regentes; técnicos da educação especial da secretaria municipal; diretor e pedagogo da escola. O texto não informa o quantitativo de participantes, a faixa etária nem as deficiências dos alunos.

Os autores apresentam a interdependência sob a ótica da Sociologia Figuracional elaborada por Norbert Elias. Nesse sentido, realçam a relação de interdependência entre a escola e a família bem como a interdependência entre os seres humanos, os quais são dependentes e ligados reciprocamente entre si. Tal assertiva ganhou força nas falas de familiares ao expressarem suas expectativas em relação à ação da escola para promover o processo de escolarização dos filhos. Os resultados sublinham a interdependência envolvendo a família e a

escola, como estratos sociais que se complementam para promover a escolarização de alunos público-alvo da educação especial.

Sob o ponto de vista da *Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015* (Brasil, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destaca-se a forma como os termos “independência” e “autonomia” são utilizados.

Primeiramente, o termo “autonomia” aparece 12 vezes, relacionado a diferentes aspectos, tais como: a) acessibilidade; b) serviços, recursos e estratégias da tecnologia assistiva para a funcionalidade e a inclusão de pessoas com deficiência bem como serviços de ajuda técnica, os quais auxiliam a resolução de problemas técnicos, como em produtos, sistemas e *softwares*; c) moradia; d) processos de habilitação e reabilitação; e) direitos e especificidades da pessoa com deficiência; e f) acesso ao currículo escolar em condições de igualdade e direito à assistência social. O termo “independência”, por sua vez, aparece apenas 2 vezes. Uma vincula-o aos elementos que constituem a tecnologia assistiva e outra à ajuda técnica (Brasil, 2015).

b) Autonomia e independência sob a ótica da pessoa com deficiência

Nascimento, Burnagui e Rosa (2016) tiveram por objetivo identificar as diferentes concepções em relação aos conceitos de autonomia e independência, vindas de adolescentes com deficiência visual e de cuidadores. As autoras optaram por uma pesquisa de cunho exploratório-descritivo, tendo como participantes seis adolescentes: três cegos e três com baixa visão, com idades entre 14 e 17 anos. Somente um deles era do sexo masculino, os demais eram do sexo feminino. Participaram também seis cuidadoras, todas mães dos adolescentes. Os dados foram coletados por meio de entrevistas no período de maio a fevereiro de 2015 em uma instituição especializada, na cidade de Curitiba/PR.

Os resultados da referida pesquisa foram organizados em três eixos: entendimento dos termos “autonomia” e “independência”; percepção do desempenho autônomo e independente nas atividades cotidianas; e fatores limitantes ou facilitadores para o desempenho autônomo e independente. Em relação ao primeiro eixo, as autoras mencionaram que alguns participantes definiram autonomia como sinônimo de independência, enquanto outros demonstraram desconhecimento em relação aos termos. Outros demonstraram compreender a conceituação dos termos. As pesquisadoras não informaram as quantidades.

A respeito do segundo eixo, nove participantes afirmaram que os adolescentes realizam as atividades diárias com independência, enquanto três adolescentes apresentaram ressalvas em relação à locomoção para andar só, utilizar transporte público e cozinhar. As respostas referentes à realização de atividades com autonomia também foram positivas, e somente duas adolescentes e uma cuidadora apresentaram ressalvas em relação ao papel dos pais, de serem responsáveis por seus filhos até a idade adulta. No terceiro eixo, as cuidadoras relacionaram a deficiência visual como limitação para desempenhar funções.

As implicações sociais desses resultados evidenciaram a influência das famílias tanto de forma positiva como negativa; e a importância desse apoio na vida dos adolescentes com deficiência visual. Destaque também para as diferentes percepções em torno dos termos “autonomia” e “independência” – e a superproteção familiar é o fator que mais interfere no processo de desenvolvimento dessas habilidades.

O texto de Passamani *et al.* (2021) provém de um estudo descritivo, exploratório, com delineamento transversal, desenvolvido em 12 escolas municipais do Rio Grande do Sul, tendo como participantes 14 alunos com deficiência física, de ambos os sexos e na faixa etária de 18 anos. Não há informação do início e do término da coleta de dados. As autoras tiveram como objetivo avaliar o nível de independência funcional desses alunos e verificar a acessibilidade das escolas em que eles estavam incluídos.

As autoras utilizaram a Escala de Medida da Independência Funcional (MIF), constituída por 13 domínios motores e 5 itens relacionados à capacidade cognitiva. Nesse estudo elas consideraram os componentes motores em relação a autocuidado, controle dos esfíncteres, locomoção e transferência, cuja pontuação corresponde a 96 pontos. Aos alunos com paralisia cerebral foi aplicado também o Sistema de Classificação da Função Motora Grossa (GMFCS), cujo propósito é avaliar a gravidade do comprometimento neuromotor de acordo com a faixa etária.

As implicações sociais desse estudo mostraram que as barreiras arquitetônicas das escolas avaliadas afetam a acessibilidade dos alunos com deficiência física. Embora o texto tenha alunos com deficiência física como participantes, a opinião deles não foi apresentada. Isso mostra que os termos “independência”, “interdependência” e “autonomia” não foram sublinhados sob a ótica das pessoas com deficiência.

Discussão dos resultados

Com frequência os termos “independência” e “autonomia” aparecem em textos que reconhecem o quanto os obstáculos moldam a vida das pessoas com deficiência (Bostad; Hanisch, 2016). Tal percepção convida a refletir: por que as pessoas com deficiência precisam, a qualquer custo, alcançar autonomia e independência? Esse questionamento revela a necessidade de repensar essas questões sob a ótica da deficiência.

Muitas dessas pessoas enfrentam condições frágeis de saúde; limitações físicas, motoras, sensoriais e cognitivas; e, em certos casos, necessidades complexas de comunicação. Mas elas também apresentam pontos fortes que podem ser aprimorados por estratégias, recursos apropriados e arranjos ambientais (Bostad; Hanisch, 2016).

Mas, apesar disso, suas vidas perturbam a compreensão a respeito da independência e da autonomia, e é comum que profissionais e familiares definam independência em termos de atividades de autocuidado. O texto de Pantaleão, Gomes e Carvalho (2015) traz as concepções de familiares e profissionais, destacando percepções a respeito da relação de interdependência entre escola e família.

O referido texto não evidencia a opinião dos alunos com deficiência. Mas se eles fossem ouvidos, certamente definiriam independência como a capacidade de tomar decisões e controlar suas vidas. Portanto, a independência não consiste em fazer as coisas sozinho e sem ajuda, mas sim receber apoio e assistência quando precisar (Reindal, 1999).

De acordo com Grills (2015), essa compreensão alinha-se a mudanças atitudinais e modificação de ambientes incapacitantes para favorecer a inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes contextos sociais. Delineia-se, assim, um Modelo de Interdependência que, além de considerar as mudanças e adequações sociais, reconhece o potencial dessas pessoas para desempenhar um papel importante na comunidade.

Bostad e Hanisch (2016) destacam que a essência da independência e da autonomia se constitui em oportunidades de escolha, respeito às condições individuais, valorização dos pontos fortes e reconhecimento das limitações. Ouvir a pessoa com deficiência também faz parte desse processo.

No segundo texto analisado neste estudo, Nascimento, Burnagui e Rosa (2016) destacam a opinião de adolescentes com deficiência visual e de suas mães, a respeito de autonomia e

independência. Por meio dessa linha de reflexão, Vincenzi, Taylor e Stumpf (2021) enfatizam a interdependência entre pessoas com deficiência visual e outras pessoas em seu entorno. Esses autores se basearam nas pesquisas de Bennett, Brady e Branham (2018), as quais valorizam a importância da interdependência em oposição à independência.

Para essas autoras, a interdependência não ocorre somente entre as pessoas, mas envolve o ambiente, os recursos e os serviços da Tecnologia Assistiva (TA). Há uma relação de proximidade entre as pessoas e a TA, por esta estar direta e necessariamente inserida no dia a dia de quem precisa dela para executar desde as tarefas mais simples, como usar um controle remoto, até atividades mais complexas (Bastos *et al.*, 2023).

Na Lei 13.146/15 (Brasil, 2015), a independência aparece somente duas vezes relacionada à TA. Bennett, Brady e Branham (2018) trazem uma reflexão sobre isso: o que realmente significa independência no contexto da TA?

Sob a ótica da independência associada à TA, as autoras explicam que os dispositivos de TA visam preencher uma lacuna percebida entre corpos com deficiência e ambientes projetados para pessoas sem deficiência. Por outro lado, quando a TA se relaciona com a interdependência, enfatizam-se as relações entre as pessoas, a TA e o ambiente, realçando a importância do trabalho coletivo e o potencial das pessoas com deficiência para criar ambientes acessíveis.

O texto de Passamani *et al.* (2021) alinhava-se com as reflexões apresentadas por Bennett, Brady e Branham (2018), no que se refere à TA sob a ótica da independência. Afinal, as primeiras autoras enfatizam no seu texto a independência funcional de alunos com deficiência física, mas não trazem as concepções deles a respeito dessa funcionalidade.

A esse respeito, Snow (2010) é enfática ao destacar a força sinérgica envolvendo as pessoas em diferentes contextos sociais, indo desde o ambiente familiar e o local de trabalho aos prestadores de serviço – incluindo também a área da educação especial, pois, segundo a autora, os professores dependem dos alunos com deficiência para exercerem seu trabalho.

Em um estudo sobre interdependência subjetiva e comportamento pró-social, Columbus e Molho (2022) destacam que as percepções das pessoas em relação à interdependência baseiam-se em uma realidade social compartilhada e são influenciadas por estereótipos em relação ao desempenho das pessoas em diferentes situações.

Por um lado, essas percepções estruturam-se pela dependência mútua e pelos conflitos de interesses ou correspondências. E, por outro lado, pelo poder relativo, o qual reflete o

controle que algumas pessoas exercem sobre seus resultados e os de outras, trazendo significativos impactos sociais, inclusive a respeito dos corpos com deficiência (Columbus; Molho, 2022).

Embora as percepções iniciais de interdependência possam ter origem em experiências anteriores, é possível atualizá-las por meio da reflexão sobre as pistas sociais presentes no ambiente circundante.

Considerações finais

Os resultados obtidos neste estudo causam um certo desânimo e, ao mesmo tempo, uma grande alegria. O desânimo provém do inexpressivo número de dados coletados, totalizando apenas três artigos e uma lei. Por outro lado, a alegria solidifica-se nos resultados provenientes da análise dos textos selecionados.

As duas categorias de análise, oriundas das leituras e das interpretações subjetivas, apontam para duas vertentes reflexivas. A primeira revela que as diferentes percepções sociais sobre independência e autonomia acarretam falta de consenso a respeito desses termos, fazendo com que sejam atrelados a diversas interpretações moldadas por experiências, culturas, valores e crenças.

A segunda vertente reflexiva indica a importância de conhecer a autonomia e a independência sob a ótica da pessoa com deficiência. Como essas pessoas explicaram esses conceitos? E o que diriam, se fossem ouvidas a respeito do se espera delas?

Entender que a interdependência é parte constitutiva da natureza humana consiste em caminhar rumo à igualdade de direitos, pois todas as pessoas podem e devem fazer escolhas, e as pessoas com deficiência têm o direito de participar do contexto social. Por isso, é premente incluir a interdependência em todos os cenários da educação especial, indo desde a sala de aula e as conversas com os responsáveis até as teses, as dissertações, os artigos e os documentos oficiais.

Mas nem sempre isso é tarefa fácil, a começar pela carência de textos na literatura nacional a respeito da interdependência. Inclusive, esse fato impediu a obtenção de respostas robustas ao questionamento deste estudo, trazendo certa fragilidade aos resultados dessa

pesquisa. Mas, por outro lado, pode-se afirmar que o objetivo foi alcançado ao trazer à tona uma temática de inquestionável valor social e acadêmico.

Em meio a essas considerações, criam-se expectativas. Uma delas consiste na inserção da interdependência nos documentos oficiais do Ministério da Educação, considerando a perspectiva relacional de pessoas com deficiência bem como a realização de pesquisas empíricas a respeito desse termo sob a ótica das pessoas com deficiência.

Referências

ADLER, Jonathan M. *et al.* “Just getting along, together”: the relationship between narratives of interdependence and psychological well-being among American adults with disabilities during the first 3 years of the COVID-19 pandemic. *Journal of Personality and Social Psychology*, [S. l.], v. 130, n. 1, 109-128, 2025. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2026-45729-001.html>. Acesso em: 04 out. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BASTOS, Paula Alessandra L. Santos *et al.* Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil. *Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 31, e3401, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO260434011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/RhMqT3c6gPS9WDh4sXDjgFv/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2025.

BENNETT, Cynthia L.; BRADY, Erin; BRANHAM, Stacy M. Interdependence as a frame for assistive technology research and design. In: INTERNATIONAL ACM SIGACCESS CONFERENCE ON COMPUTERS AND ACCESSIBILITY, 20., 2018, Galway. *Proceedings [...]*. Galway: International ACM SIGACCESS Conference on Computers and Accessibility, 2018. p. 161-173. DOI: <https://doi.org/10.1145/3234695.3236348>. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3234695.3236348>. Acesso em: 10 ago. 2026.

BOSTAD, Inga; HANISCH, Halvor. Freedom and disability rights: dependence, independence and interdependence. *Metaphilosophy*, [S. l.], v. 47, n. 3, p. 371-384, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/meta.12192>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/meta.12192>. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. *Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/643912>. Acesso em: 09 jul. 2025.

COLUMBUS, Simon; MOLHO, Catherine. Subjective interdependence and prosocial behaviour. *Current Opinion in Psychology*, [S. l.], v. 43, p. 226-231, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2021.07.022>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352250X21001317?via%3Dihub>. Acesso em: 10 ago. 2026.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

GRILLS, Nathan John. Interdependence: a new model for the global approach to disability. *Christian Journal for Global Health*, Pasadena, v. 2, n. 2, p. 1-4, nov. 2015. Disponível em: <https://cjgh.org/articles/10.15566/cjgh.v2i2.90>. Acesso em: 04 maio 2025.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. *Revista de Gestão e Secretariado*, São Paulo, v. 15, n. 7, p. 01-15, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019/2531>. Acesso em: 26 maio 2025.

NASCIMENTO, Gabriela Cordeiro do; BURNAGUI, Jhenifer Geisa; ROSA, Mariana Peres da. Autonomia e independência: percepção de adolescentes com deficiência visual e de seus cuidadores. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 21-28, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i1p21-28>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rto/en/article/view/104407>. Acesso em: 10 ago. 2026.

NAUDÉ, Luzelle; NEL, Lindi; BEER, Annemarik de. Towards interdependence: reciprocal relationships between students living with disability and their significant others. *Disability & Society*, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 319-339, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/09687599.2022.2071224>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09687599.2022.2071224>. Acesso em: 10 ago. 2026.

PANTALEÃO, Edson; GOMES, Núbia Rosetti Nascimento; CARVALHO, Elaine. Interdependência na figuração família-escola na inclusão do estudante com deficiência. *Revista Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 1, n. 12, p. 66-81, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22476/revcted.v1i2.45>. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/45>. Acesso em: 10 ago. 2026.

PARÉ, Guy; KITSIOU, Spyros. Methods for literature reviews. In: LAU, Francis; KUZIEMSKY, Craig. *Handbook of health evaluation: an evidence-based approach*. Victoria: University of Victoria, 2016. p. 157-180. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK481590/pdf/Bookshelf_NBK481590.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

PASSAMANI, Rafaela *et al.* Independência funcional de alunos com deficiência física e acessibilidade no ambiente escolar. *Revista Disciplinarum Scientia*, Santa Maria, v. 22, n. 1, p. 279-289, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/3829>. Acesso em: 10 jul. 2025.

REINDAL, Solveig Magnus. Independence, dependence, interdependence: some reflections on the subject and personal autonomy. *Disability & Society*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 353-367, 1999.

DOI: <https://doi.org/10.1080/09687599926190>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09687599926190>. Acesso em: 10 ago. 2026.

SNOW, Kathie. Interdependece: revolutionary common sense. *Disability is Natural E-Newsletter!* 2010. Disponível em: <https://www.disabilityisnatural.com/interdependence.html>.

Acesso em: 04 maio 2025.

VINCENZI, Beatrice; TAYLOR, Alex; STUMPF, Simone. Interdependence in Action: People with Visual Impairments and their Guides Co-constituting Common Spaces. *ACM Transactions on Computer – Human Interaction*, [S. l.], v. 5, n. 69, p. 1-33, 2021 DOI:

<https://doi.org/10.1145/3449143>. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3449143>.

Acesso em: 10 ago. 2026.

SOBRE AS AUTORAS

Flavia Daniela dos Santos Moreira. Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Temática da Deficiência Visual do Instituto Benjamin Constant/PPGEDV-IBC; Líder do Grupo de Pesquisa Corpo e Acessibilidade na Deficiência Visual.

Contribuição de autoria: investigação e redação do manuscrito original.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5770261192834737>

Maria da Piedade Resende da Costa. Doutorado em Psicologia pela Universidade do Estado de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos/PPGEES-UFSCar. Líder do Grupo de Pesquisa Educação Especial.

Contribuição de autoria: supervisão.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2791098416503955>

AUTODECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Este manuscrito é original, inédito e fruto das reflexões das autoras. Sua redação seguiu as boas práticas em pesquisas, atentando-se à fidelidade de ideias dos autores referenciados. Ressalta-se ainda que não houve o uso de ferramentas de IA na elaboração da escrita deste texto.

Submetido: 17.10.2025

Aprovado: 17.06.2026

Publicado: 14.09.2026